

**IFES FOR
PLAD**

*INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR
FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE PLANEJAMENTO
E ADMINISTRAÇÃO*



UFSB Universidade Federal
do Sul da Bahia

FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE
PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
IV REUNIÃO 2016



FORPLAD

9 A 11 • Nov • 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA

PORTO SEGURO • BAHIA



IV Reunião do FORPLAD 2016

Porto Seguro - BA - 09, 10 e 11 de novembro de 2016

SENAC

Coordenação Nacional - FORPLAD
e-mail: tomas@bcc.unifal-mg.edu.br
site: www.forplad.andifes.org.br

ATA DA REUNIÃO**Dia 09 de Novembro**

08h30 – 11h30: **O FORPLAD - visão geral para novos Pró-Reitores.** Responsáveis: Tomás Dias Sant’Ana (Coordenador Nacional), Nidia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração), Alda Maria Napolitano Sanchez (Coordenadora da Comissão de Modelos) e Luiz Osório Rocha dos Santos (Coordenador da Comissão de Planejamento e Avaliação). Indicação: Novos Pró-Reitores.

13h30 – 14h00: **Credenciamento.**

14h00 – 14h30: **Solenidade de Abertura.** Responsáveis: Francisco José Gomes Mesquita e Franklin Matos Silva Junior - Coordenadores Locais da 4ª Reunião do FORPLAD em 2016).



O Gerente da Caixa Econômica, em Porto Seguro, Wiltom mencionou o papel da caixa enquanto banco público, ressaltou o baixo preço dos produtos e serviços prestados pela Caixa Econômica.



O Prof. Tomás Dias Sant' Ana, Coordenador Nacional do FORPLAD, agradeceu aos representantes da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB, por terem sediado o evento, principalmente pela UFSB ser considerada uma das IFES “novíssimas”. Ressaltou a importância da participação de todos os Pró-Reitores nos dias do evento. Informou ainda, que a data limite para os empenhos passou para o dia 25 de novembro.



O Prof. Francisco José Gomes Mesquita falou das dificuldades da realização do evento em virtude da ocupação estudantil dos três *campi* da UFSB. Registrou que, está na ocasião exercendo a função de Vice-Reitor, além disso, mencionou os integrantes da equipe da UFSB, fazendo a eles, os agradecimentos. Agradeceu a presença e pediu o apoio de todos para que o evento transcorresse da melhor forma, principalmente no local onde começou o Brasil.

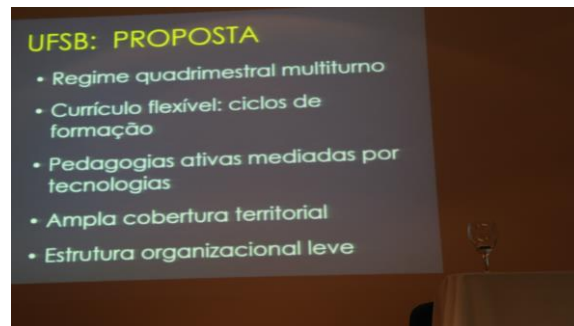
Pró-Reitor falou da dificuldade em organizar o evento e da importância em fortalecer o Fórum e reduzir os momentos de dificuldade que passam diversas de nossas IFES.



14h30 – 15h00: **Apresentação Institucional - Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB.** Palestrante: Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho.



-O Reitor relatou que nos momentos de dificuldades é necessária maior interação entre as IFES. Discursou sobre o que representa o brasão da UFSB e realizou a apresentação institucional, destacando o processo de ingresso dos alunos na UFSB.



15h30 – 16h15: **Relato Comissão de Modelos.** Responsável: Alda Maria Napolitano Sanchez (Coordenadora da Comissão de Modelos).

16h15 – 18h15: **Mesa Redonda: Conjuntura Político Econômica da Educação.**
Participantes: Álamo Pimentel (UFSB) Álamo Pimentel (UFSB), Bráulio Martins Bueno (UNIFEI) e Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFSB).

Etapa de Perguntas:

Montada a mesa Jailson (UFRJ) perguntou ao Prof. Bráulio, aborda uma hipótese própria, se a aplicação da PEC em momento de crise poderia ser atrelada a redução da arrecadação. Pergunta ainda se ao invés de mudar a estrutura do ensino médio não seria mais interessante mudar primeiro a infraestrutura, para adaptar as escolas para acolher os alunos em período integral.

Prof. Álamo responde que as duas coisas precisam ser pensadas juntas, que existem experiências bem-sucedidas no Brasil. Estávamos discutindo a base educacional comum, entretanto isso caiu. Aborda à importância da regionalização do conhecimento, indígenas, quilombolas, etc, que devem ter conteúdo específicos. Descreve a dificuldade do

deslocamento dos alunos. Lembra da necessidade em Projetos de Longo prazo e a frequência das reformas, relata os problemas nas licitações de obras.

Profa. Denise (UFC), parabeniza os palestrantes, pergunta ao Prof. Álamo sobre a Medida Provisória, se atende ao princípio da urgência e se não deveria ser apresentada sob o formato de Projeto de Lei, e que se pode ser objeto de uma ação direta de inconstitucionalidade. Submeteu ao pleno que a produção de comissão de justiça do Senado manifestou-se quanto a inconstitucionalidade da PEC. Ao Prof. Naomar se em meio a essa crise ainda teremos tempo de sermos felizes.

Prof. Álamo responde: a relevância é indiscutível, cita o exemplo na Áustria e lá foi discutido a escola para pobre e a escola para rico.

Prof. Abel Smith Menezes (UFS): informa que estamos em um momento de mudança estrutural; da sociedade brasileira. Abordando a questão econômica, informa que estamos vivenciando uma situação de déficit primário que deve ser mantido em 2017. Em 2014 e 2015 às IFES perderam recursos. Pergunta se há algum outro caminho que não a PEC, e recomenda que a PEC seja mantida para as despesas discricionárias e excluída das despesas obrigatórias.

Prof. Bráulio responde que o saldo tende a ser negativo pois o déficit na educação em relação ao PIB está abaixo. Menciona que o ambiente acadêmico deve ser um ambiente de discussão que não deve criar um embate com os alunos e o Governo. Menciona a ausência de uma discussão no âmbito acadêmico quanto as propostas alternativas.

Thiago (UFC): relata um estudo da UFMG quanto ao impacto da PEC sobre o orçamento que na UFC teria um impacto na ordem de 50%. Assim, seria necessário as discussões de alternativas, como a vinculação das receitas próprias ao orçamento, pois não recebem todos os recursos que arrecadam.

Prof. Bráulio cita a hipótese de repasse dos recursos às Fundações. E que o perfil de receita está ligado a aluguéis e outras naturezas de despesa que não permitem esta desvinculação.

Valdomiro (UFRRJ): fala sobre um documento “um passo para o futuro” que apontava para uma possibilidade de acordo entre as elites políticas e que não foi possível, então o futuro de parte dessa elite foi o impeachment. Assim solicita comentário o Prof. Álamo sobre a MP do Ensino Médio, da importância do Ensino da Matemática. Além disso, afirma que discutimos um “plano B” para a educação, e deveríamos estar discutindo qual é a nossa perspectiva de futuro em prol de uma Universidade que promova a integração social.

Prof. Álamo responde: que existe a discrepância entre as vantagens entre ensino de matemática e o de filosofia, sendo este último menos privilegiado.

Reitor UFSB responde: que estamos avançando no modelo do ensino de matemática e ciência da computação, e que é abordado uma questão ético-matemática em detrimento às questões mercadológicas e isso tem sido bastante enriquecedor, cita o estudo da matemática-espço e matemática computacional.

Luiz Ozório: coloca que vivenciamos na década de 80 uma proposta de Reforma do Estado, e enxergar uma semelhança com o momento atual, onde é discutido a legitimidade das IFES e que passamos a um sólido processo de expansão da educação superior e democratização do seu acesso. Neste sentido, discutimos a racionalidade econômica no âmbito do MEC enquanto deveria ser discutido no Ministério do Planejamento. Provoca, remetendo a história, dirige-se ao Reitor, essa política vai travar a expansão, então como as IFES irão consolidar o processo de expansão, principalmente levando em consideração as IFES recentemente criadas?

Reitor responde que está com 166 Professores ativos cobrindo três Campi, que tem algo em termo de organização e que as Universidades antigas têm utilizado um sistema de educação arcaico. Cita que no Reuni fizeram um forte esforço para aumentar as entradas

na UFBA, mas que agora as matrículas têm diminuído. É um assunto incômodo, mas que precisa ser discutido para tornar as Universidades efetivamente pública. Temos (nas IFES) uma séria crise de legitimidade junto à sociedade, que devemos discutir qual a Universidade que a sociedade quer.

Luiz Ozório menciona que o discurso sobre o assunto tem sido discutido de forma unilateral e que tem obtido apoio, mesmo que tenha resultado negativo para a sociedade. Finaliza agradecendo aos integrantes da mesa.

Prof. Tomás menciona que o relato da comissão de modelos ficará para amanhã em virtude do horário.

18h15 – 19h00: **Relato Coordenação Nacional.** Responsável: Tomás Dias Sant’Ana (Coordenador Nacional do FORPLAD).

Dia 10 de Novembro

08h00 – 10h00: **Painel 1: Boas práticas: Sanções Administrativas (UFPR); Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Digitais (UFSM).** Participantes: Edelvino Razzolini Filho (UFPR) e Neiva Pavezi (UFSM).

Sanções Administrativas: Edelvino (UFPR);



Gestão, Preservação e Acesso aos Documentos Digitais: Arquivista Ma. Neiva Panezi (UFSM)



PERGUNTAS:

Profa. Denise (UFC): Parabenizou os palestrantes e direciona ao Edelvino uma consideração, que passou pelos problemas mencionados quanto à penalização das empresas e da retaliação das empresas que recebem penalizações, e que essas empresas são insensíveis às multas, mas que a aplicação das sanções e impedimentos são mais efetivas. Pergunta à Neiva quanto as regras que seriam legalmente válidas, principalmente no que concerne à ordenação das despesas, e questiona qual o grau de segurança destes documentos digitalizados.

Edelvino responde: em virtude de registrar no histórico do fornecedor a suspensão de ao menos trinta dias, o que tem surtido um bom efeito e que não tiveram ações contrárias às penalizações aplicadas. Mencionou que busca conversar com as empresas antes do início dos processos licitatórios o que tem melhorado a qualidade dos licitantes.

João Chrysostomo de Resende Júnior (UFLA): direciona sua pergunta à Neiva, e pergunta porque depois de guardado em arquivo digital, precisa manter o arquivo em papel?

Resposta Neiva: dois documentos são norteadores, que são obrigatórios o Código de Classificação e o Código de Classificação e Temporalidade das atividades, além da Lei 8159, lei dos arquivos. Que segue critérios legais de descarte e temporalidade, mas que

ainda assim aconteceram erros na eliminação de documentos que não chegam ao arquivo permanente da universidade, mas não consegue fiscalizar todos os setores, fala da penalidade de até quatro anos de prisão em virtude de descarte irregular de documento público.

Resposta Neiva: que os documentos digitalizados, apesar de ser registrado quem digitalizou, quem é o responsável pelo envio, etc, eles não são capazes de substituir o documento original. Assim o pacote (original + digital) é que gera uma capacidade de metadados confiável em termo de histórico e auditoria. Menciona que não existe tecnologia para assinatura digital, ela se transforma em um metadados que garante a autenticidade do documento assinado digitalmente por...”. Questionada por Denise

Anailson Márcio Gomes (UFRN): fala dos resultados de fiscalização de contratos de obras da UFC, que foram afastados servidores por conta da fiscalização que gerou autos de infração, o que foi uma experiência traumática e que a aplicação das sanções protege a gestão, informa que a UFC é uma das instituições que mais aplica penalidades. Geralmente as empresas distribuem o lucro para diminuir o patrimônio líquido, no intuito de melhorar os índices contábeis.

Maria do Carmo (UFABC): pede um esclarecimento à Neiva, a respeito das teses e dissertações e se elas são arquivadas na biblioteca.

Resposta Neiva, disse que sim, possui teses e dissertações digitalizadas, mas que está avançando para o uso de documentos nato digitais, mas que isso está em fase de implantação das normas.

10h30 – 12h00: Painel 2: Implantação do Sistema Eletrônico de Informações – SEI.

Participantes: Cassiano de Souza Alves (Secretário Adjunto da SEGES/MPOG) e Denise M. M. Chagas Corrêa (UFC).

**PERGUNTAS:**

Carla (UFTM): Informa que fez o treinamento do SEI ontem, e percebeu a importância da gestão na implantação do SEI que vai ser uma mudança de paradigma na sua Instituição.

Cassiano: fala da rotatividade dos órgãos, mas têm cursos perenes pela ENAP, fez uma parceria com os correios, que foi uma tarefa difícil, mas que ajudou a desenvolver um bom know how de implantação.

Carolina (UFRPE): que iniciou a comissão para implantação do SEI, mas informou que a dificuldade é grande, e que não consegue servidores para trabalhar exclusivamente nesta função.

Resposta Neiva: com o apoio do TRF da 4ª Região conseguiram um preço mais barato para as adaptações.

Rosalvo (UFSE): informa que avançou bastante na customização do SIPAC, ainda que com dificuldade de acolhimento por parte dos servidores quanto a eficiência deste.

Inessa avisa que apesar do interesse na implantação, tem resistência na área de TI e eles informaram que o problema do barramento é intransponível. Pergunta: como está a negociação com a SIG?

Resposta Neiva: que o SIG não se enquadra como um software livre,

Enervino (UFPR): dia 2 de dezembro estarão oficialmente implantados e que teve bastante dificuldade nas customizações a serem realizadas pelo Ministério do Planejamento.

Pergunta: A versão 3.0 tem essa facilidade nas alterações?

Resposta Neiva: na versão 3.0 as agências de TI estaduais podem dar esse suporte. As alterações as dificuldades eram porque não tinham o código fonte, a versão 3.0 já nasce com maior liberdade, pois será possível desenvolver módulos.

Anailson (UFRN): sobre a customização sempre procura que haja apenas uma entrada e diversas saídas, para evitar o retrabalho. Informa que a questão do barramento tem provocado falhas que provocam o retrabalho na execução dos processos.

Resposta Neiva: barramento será apresentado dia 16, foi apresentado à ENAP, AGU. Falta, ainda, que sistemas alheios, ao SEI, se adaptem ao barramento. Quanto ao SIPAC e o SCDP existe uma tendência que o SCDP se integre ao SEI.

João: Informa que trabalha com o SIPAC, acha que foi uma decisão errada devido ao número de customizações necessários. Pergunta se a base de dados do Ministério é confiável, pois os documentos precisam ser autenticados digitalmente. Fala da vulnerabilidade de depender das funções de TI.

Resposta Neiva: esteve recentemente na demonstração de uma metodologia do trabalho do SEI com um processo de RDC e já começou uma aproximação junto ao SERPRO.

Resposta Neiva: informa que o SEI é adaptável ao SIPAC e tem a expectativa que essa integração irá acontecer sem muita dificuldade, informa que várias ações já foram tomadas nesse sentido. Reforça que o SEI é robusto e pode atender a qualquer demanda que as IFES possam atender, menciona que os Correios têm 12.000 unidades. Quanto à segurança foi implantado na ABIN, com um rigoroso padrão de segurança. Finalizou agradecendo a oportunidade de falar para a academia sobre um assunto importante como

SEI e disponibiliza a sua equipe e a do Ministério do Planejamento. O departamento de logística é subordinado a ele, e que pode vir novamente ao FORPLAD para falar de Licitações e contratos entre outros temas.

O Prof. Tomás agradece e informa da importância do diálogo e da interação das IFES com os demais órgãos. Encaminhou que o FORPLAD buscará atender aos prazos, e que as IFES que ainda não responderam ao questionário do SEI deverão fazê-lo no prazo de uma semana. Fala que a UNIFAL-MG assinou o convênio com o Ministério do Planejamento e começará a utilizar a ferramenta em janeiro.

14h00 – 15h00: **Painel 3: Gestão de cursos: uma experiência de planejamento e avaliação.** Participantes: Luiz Osório Rocha dos Santos (UFPEL) e Juliano Santos do Carmo (UFPEL).

PERGUNTAS:

Allan Jasper: A destinação de recursos diretamente ao curso, tem se mostrado eficiente? Com relação a abordagem junto aos cursos principalmente com relação aos ajustes em PPC, essa atividade não tem se cruzado com as funções da Pró-Reitoria de Graduação? Quais os resultados nos cursos quanto as dimensões didático-pedagógica e infraestrutura.

Juliano responde: que historicamente na UFPEL os PPC são aprovados sem que haja uma avaliação dos laboratórios e livros já existentes, ficando para a administração das Universidades providenciarem toda esta infraestrutura que comumente é superestimada.

Luiz Osório responde que existe normalmente um embate entre as Pró-reitorias de Planejamento e de Graduação, mas que isso se resolve com o estabelecimento de um planejamento institucional que possa nortear as ações de ambas, cabendo a elas o cumprimento. Acrescentou que fazem um trabalho não somente focado na nota do ENADE, mas na qualidade do ensino que é a principal missão das Universidades.

Valdomiro: Como avaliam a solução dos problemas diagnosticados em conjunto com os demais setores?

Juliano respondeu: que focou nas ações negativas pois são aquelas que mais demandam atenção.

Raquel (UFPA): Diz que está satisfeita com a apresentação e que a operacionalização acontece por meio dos cursos, e pergunta sobre a ligação entre planejamento e orçamento.

15:00 às 16:00: **Relato Comissão de Modelos.** Responsável: Alda Maria Napolitano Sanchez (Coordenadora da Comissão)

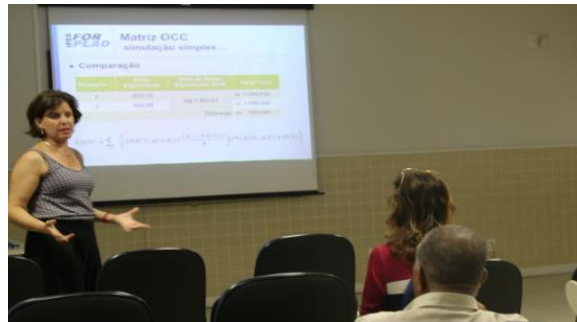
15h00 – 16h00: **Painel 4: Apresentação da Plataforma Aberta para Gestão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional - ForPDI.** Participantes: Caetano Carlos Bonchristiani (UNILA) e Guilherme Henrique Alves Borges (UFLA).

PERGUNTAS:

Caetano: Informes: O objetivo principal é integrar planejamento e orçamento, partindo do PDI. Complementa sobre algumas etapas do que foi discutido na reunião de planejamento, sobre o cronograma de conclusão do projeto que está previsto para dezembro de 2016 ou janeiro de 2017. Após essa conclusão, que o sistema ficará aberto a todas as Universidades para que sejam realizados testes, simulações, etc.. Essa fase iria até março de 2017, no primeiro FORPLAD. Então a equipe teria até o FORPLAD de junho para homologação do pleno do FORPLAD. Existe a possibilidade futura de agregar outros módulos a exemplo de avaliação e gestão de riscos.

Alda (UFABC) parabeniza o resultado do trabalho em uma ideia que começou em 2013 e chega em uma etapa de conclusão com uma ferramenta fantástica. No fórum de Macapá foi levantado sobre a avaliação e ressalta da importância de que esse aspecto seja abordado no sistema. Assim, gostaria de registrar essa necessidade.

16h30 – 18h30: Reunião dos Grupos Temáticos. Responsáveis: Nidia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração) e Luiz Osório Rocha dos Santos (Coordenador da Comissão de Planejamento e Avaliação).



Dia 11 de Novembro

08h30 – 10h30: **Painel 5: SE, SPO, DIFES e CGPO - MEC.** Participantes: Felipe Sartori Sigollo (Secretário Executivo Adjunto – MEC), Iara Ferreira Pinheiro (Subsecretária de Planejamento e Orçamento – SPO), Mauro Luiz Rabelo (Diretor de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior – DIFES) e Weber Gomes de Sousa (Coordenador Geral de Planejamento e Orçamento – CGPO/DIFES/SESu/MEC).

Iniciado às 09h.

Iara (SPO) falou da vitória esse ano em conseguir liberar 100% do financeiro liquidado, além da liberação de 100% do custeio previsto na LOA. Hoje o saldo limite para empenho é 500 milhões, não tem o objetivo de puxar limite de empenho, sugere que as IFES não façam anulações e que, caso seja possível façam a devolução do recurso. Em 2017 foi liberado 100% do valor de custeio e 50% do capital da PLOA de 2016. Fala da forte frustração da receita, que a rede federal perde de forma genérica. Menciona que a projeção

de receita tem sido superestimada pelas IFES, com IFES chegando a superestimar 20 milhões da sua receita. No total a frustração chegou a 300 milhões.

Fala do problema da Portaria 67, basicamente terceirização, no qual o MEC tem um valor de limite global, houve uma ampliação do limite de 380 milhões, e vai ainda fazer uma análise. Recomenda que não façam empenhos, custeio de serviços de terceiros para os meses de fevereiro, março e abril, pois isso prejudica a rede. Reforça que não será possível passar custeio para o próximo ano, e talvez algumas IFES tenha que cancelar os empenhos. É necessário diminuir as despesas administrativas, câmeras para diminuir vigilância, etc. Discute-se o uso de UBER. Pede que a contabilidade verifique se alguns desses itens não foram classificados indevidamente como referentes a portaria 67. Que façam o empenho somente sobre a despesa do ano. Diz que concederá prazo para que as IFES possam anular e empenhar outros itens. As mudanças de crédito estão na mão do Ministro e deverão sair na segunda. Quem quiser fazer ajustes relativo aos limites adicionais que chegaram para custeio (10%) poderá fazê-lo transferindo para capital.

Prof. Mauro (DIFES/SESU) Depois de sua apresentação menciona a importância em dar continuidade na expansão, fala sobre as novas diretrizes curriculares que aumentou em 400 horas nas licenciaturas, o que implica em mais um semestre ao menos, mais infraestrutura, reformulação do PPC, etc. Fala que a demanda de professores também será aumentada, e que esse aumento gerará uma demanda forte, sendo atendido ou, então o MEC precisará revê-la. Menciona que a rede é diversa, que é comum que os parlamentares marquem audiência com o Ministro para criação de campus no interior dos estados. Fala sobre o ajuste fiscal, que precisava ser feito, que não era possível continuar na forma que foi de 2008 a 2012. Essa mudança vai acontecer e, que é necessário repensar os modelos e a formas como as IFES estão sendo geridas, e que há muito a ser compartilhado. Cita o exemplo de Portugal que a crise provocou a redução de 40% do salário dos professores. É necessário ter clareza que alguma coisa precisava ser feita. Abordou a questão de pessoal, com um resumo exposto em uma tabela. Mencionou das 6089 vagas nas IFES sem preenchimento, com uma planilha por Universidade, o que dificulta a liberação de novas vagas. Que as IFES têm se movimentado para mudar esse quadro, sabe que há

especificidades, mas que é necessário fazer uma gestão melhor das vagas. Quanto aos técnicos a situação também é grave e cita os números, apenas uma IFES zerou as vagas de técnicos. Cita o PNE que aponta que a rede das IFES deveria estar em ampla expansão. Cita o exemplo de um Reitor que o buscou para tratar sobre o fechamento de um *campus*, e que isso talvez seja importante para o momento. Se coloca à disposição sempre, e que encaminhará as coisas da melhor forma possível.

Weber: descreve o projeto que trata de sustentabilidade, acessibilidade e habitabilidade. Fala sobre os manuais que serão liberados referente a construção de prédios universitários. Menciona sobre as obras paralisadas, está fazendo um levantamento, e que preliminarmente, 27% das obras em andamento estão paradas. Diz que vai manter o diálogo com o FORPLAD para tratar deste problema. Refere que é necessário identificar problemas mais comuns, para que seja feita uma abordagem mais transversal. Na reunião no dia 25 pede a presença do FORPLAD. Sobre o registro das obras no SIMEC, faz um apelo que as IFES tenham estes registros em dia, pois ele é constantemente acessado em Brasília. Sobre a vistoria das obras, elas necessitam de fiscalização, e que sejam periódicas. Sobre os TED's, que eles se assemelham aos convênios, que existem diversos acórdão manifestando irregularidades na prestação de contas, na execução e, que é necessário um cuidado especial. Primeiro com relação ao objeto, não deve ser genérico, precisa ser claro e facilmente identificado. A programação orçamentária e financeira, deve seguir o cronograma de execução para aquele ano e é um elemento de fragilidade para a execução do objeto; a Sesu/Difes estará acompanhando de maneira mais criteriosa sobre esses TED's. Outra situação se refere às alterações, todas elas devem ser autorizadas pela Sesu.

PERGUNTAS:

Thiago (UFPE): Qual a possibilidade de negociação para retirado da portaria 67 para os recursos próprios? Outro ponto, por que não pensar uma legislação para reger a execução de recursos próprios?

Alda (UFABC): se dirige ao Prof. Mauro sobre a mudança que está em curso, pergunta sobre as perspectivas futuras do MEC em relação às IFES. Direciona ao Weber, com o tempo curto quando estarão disponíveis os projetos-padrão que serão disponibilizados pelo MEC?

Weber responde: que os projetos serão disponibilizados às Universidades e a partir do momento que as IFES liberarem orçamento poderão utilizar os novos projetos para as novas construções.

Valdomiro: ficou contente com o retorno do MEC ao FORPLAD, espera que isso nunca mais aconteça, que é necessário a retomada do diálogo. Que todas essas discussões orçamentárias, de infraestrutura, fazem parte de algo maior que é a qualidade da educação superior.

Luiz Ozório: se junta aos que lhe antecederam para saudar os integrantes do MEC, ao Mauro, as IFES têm vivenciado um processo evolutivo do relacionamento das IFES com o MEC, com a diminuição das “negociações de balcão” preocupa-se que esses princípios constitucionais republicanos sejam mantidos. As IFES precisam de um aporte de recurso para manutenção da matriz ANDIFES. O orçamento deve, no mínimo, contemplar a variação da inflação no período, mas para além disso é necessário aportar recurso para consolidar a expansão. Dirige-se a Lara sobre os recursos bloqueados, e eventuais ajustes, é possível trocar a fonte? Existe perspectiva de liberação na fonte 150?

Prof. Mauro (DIFES/SESU) responde: não se pode retornar a essa “política de balcão”, mas que precisamos fazer a discussão em equipe, pois é difícil conhecer as especificidades de cada um. Que é necessário ter sensibilidade para entender essas diferenças.

Rosalvo: dirige-se a Lara, liberação do recurso bloqueado, existe a possibilidade de ser liberado 15% do capital. Qual é a avaliação da PEC com relação ao orçamento das IFES?

Lara Responde: não será possível.

Franklin: tece um comentário sobre o Prof. Mauro, o tempo é um dos bens mais preciosos, fala da necessidade de fazer mais um ajuste fiscal, depois 35 anos de experiência como o dele, como enxerga a IFES daqui a 20 anos com a PEC?

Prof. Mauro (DIFES/SESU) responde: se vamos tratar a educação de forma diferenciada acredita que vamos conseguir, que em 35 anos já viveu vários momentos a exemplo do período de FHC, mas que devemos ter criatividade para traçar o rumo.

Prof. Mauro (DIFES/SESU) responde: diz que vai defender que se algumas coisas forem cortadas haverá um colapso institucional, que a educação e saúde são prioridades e que precisamos defender a qualificação da nossa população quanto a educação superior. Leu os relatórios da ANDIFES e concluiu que precisamos de algum modo dialogar para resolver problemas a exemplo das vagas não ocupadas e que não quer fechar cursos e *campi*, que de qualquer forma é do grupo do diálogo e que defenderá que as decisões sejam tomadas de forma coletiva. Menciona que é mais importante consolidar a expansão que já aconteceu e estudar caminhos como exemplo, a expansão por meio da EaD, que tem um custo por aluno muito menor.

Iara Responde: sobre a PEC é necessário o ajuste fiscal, mas não adianta trabalhar com orçamento fictício, pois poderemos ter um país quebrado para as próximas gerações.

Prof. Eduardo (UFT): vai na direção da pergunta anterior, mas quer saber para o ano de 2018, que com a PEC terá um orçamento ainda menor que 2016, e que não será exequível manter o funcionamento?

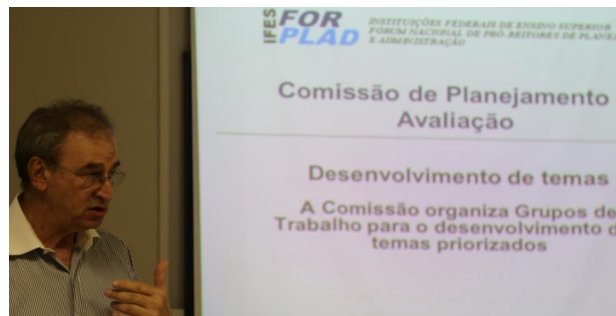
Prof. Mauro (DIFES/SESU) responde: só a correção não é suficiente, e defende que a correção não é suficiente para manter a expansão que leva entre 12 a 15 anos para consolidar a expansão ocorrida. Acha que devemos buscar esses caminhos e precisamos demonstrar nossa diferenciação e encontrar interlocutores que possam expor essa situação.

Denise: Se haverá 100% da liberação da fonte 150?

Iara Responde: Sim liberará 100% do custeio.

Iara acrescenta: que os empenhos precisam ser inscritos em restos a pagar para 2017, caso contrário perderão os recursos.

11h00 – 12h00: **Relatos das Reuniões Temáticas e Apresentação do Levantamento de Terceirização 2014 e 2015.** Responsáveis: Nídia Majerowicz (Coordenadora da Comissão de Administração) e Luiz Osório Rocha dos Santos (Coordenador da Comissão de Planejamento e Avaliação).



12h00 – 13h00: **Encaminhamentos.** Responsável: Tomás Dias Sant'Ana (Coordenador Nacional/FORPLAD).

- Recomposição da comissão de planejamento e avaliação;
- Encaminhamento de adesão ao SEI;
- Comissão de administração solicitou a indicação de dois bibliotecários por regional para estudar compras compartilhadas para acesso digital;

Encerramento. Responsáveis: Francisco José Gomes Mesquita e Franklin Matos Silva Junior (Coordenadores Locais da 4ª Reunião do FORPLAD em 2016).

Prof. Tomás: expôs a proposta, que foi aprovada, para realização dos fóruns de 2017:

PERÍODO	DATA	IFES
1	13 a 17 de março	UFPE
2	05 a 09 de junho	UFSC
3	21 a 25 de agosto	UFT
4	06 a 10 de novembro	UNIFAL